



O ELE ACUSATIVO: UMA “DETURPAÇÃO” POPULAR?

Elizane de Souza Teles Silva
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Brasil
Endereço eletrônico: elizaneteles@gmail.com

INTRODUÇÃO

Neste trabalho fazemos uma revisão sobre o “pronome ele/ela” na função de acusativo (o *ele acusativo*), também denominado “pronome lexical ele” (considerando suas flexões), na História da Língua Portuguesa do Brasil. A escolha do tema deu-se graças à constatação de que o uso do pronome ele na função de acusativo remetia aos usos populares atávicos, ou seja, à língua dos primeiros lusitanos e que permaneceria vivo no Brasil, expandindo-se para os falantes cultos. Tais razões levaram-nos a controlar o *ele acusativo* e a descrever do ponto de vista sócio-histórico o seu percurso na histórica da Língua Portuguesa, tendo como base os *corpora* do Português Popular e do Português Culto de Vitória da Conquista – BA.

METODOLOGIA

Para uma análise empírica dos dados linguísticos, utilizamos como suporte teórico-metodológico a Sociolinguística Variacionista (LABOV, 1972), em consonância com os fundamentos da Sócio-história (ROMAINE, 1982), com o intuito de demonstrar que nada na língua é por acaso e tanto a variação quanto a mudança, inerentes aos sistemas linguísticos, estão condicionados por grupos de fatores linguísticos e extralinguísticos.

Iniciamos nossa discussão sobre o fenômeno a partir da deturpação popular associada ao *ele acusativo* e, em seguida, fazemos a análise dos dados e as considerações finais, com base nos estudos realizados por nossos contemporâneos.

A “deturpação” popular do pronome ele acusativo

O uso do *ele acusativo* na Língua Portuguesa esteve, por diversas vezes, associado ao uso estritamente popular (num sentido pejorativo, quando popular opunha-se ao clássico literário ou ao estilo formal e cuidado). Mesmo no campo da literatura canônica, as ocorrências do *ele acusativo* estão ligadas à norma popular e ao povo, como no seguinte



exemplo de Machado de Assis, em que se reproduz a fala de um escravo liberto falando sobre outro escravo. Brás Cubas faz-lhe uma pergunta à qual o liberto responde nos seguintes termos: “[...] – Fez-te alguma coisa? – É um vadio e um bêbado muito grande. Ainda hoje **deixei ele** na quitanda, enquanto eu ia lá embaixo na cidade, e ele deixou a quitanda para ir na venda beber” (ASSIS, 2010, p. 95, grifo nosso). Desse trecho de *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, identificamos claramente o fenômeno linguístico inerente à variante do Português Popular do Brasil: o *ele acusativo*.

O filólogo Palhano (1958) afirma que a evolução é um curso natural à língua falada, língua viva, oposta à língua literária (língua cerceada pela tradição gramatical), refere-se à variedade popular a ser descrita como uma deturpação, como demonstra o seguinte trecho em que o autor opina sobre a propagação de uma variante popular nos meios *não-populares*, ao afirmar que:

Quando o indivíduo *malfalante* granjeou certo prestígio no seio do grupo a que se vinculou, então irradia sua influência sobre os demais, legando-lhes todas as *deturpações* linguísticas que involuntária e inconscientemente perpetrou. (PALHANO, 1958, p. 35, grifo nosso).¹

In casu, conforme Palhano (1958), a ação do povo sobre a língua teria alterado a relação dos pronomes pessoais com os seus referentes discursivos; destarte, a língua popular careceria da gradação das pessoas a qual teria sido mantida na literatura. Além dessa perda de gradação, observou também o uso do pronome reto com preposições (“entre eu e tu”) e da mesma sorte a existência de construção como “vi ele/ela”, em contraponto ao “vi-o/a” (PALHANO, 1958, p. 43-44).

Se Palhano (1958) retrata o *ele acusativo* como um traço da língua popular do Brasil, um caso de variação diafásica, Câmara Jr (1972) reconhece nele um caso de variação estilística, em termos sociolinguísticos, ao afirmar que:

É, todavia, um traço geral típico do português oral de todos os níveis sociais no Brasil; só o evitamos em certas situações nas quais aquele que fala sente toda sua responsabilidade de homem instruído e, mesmo assim, ele não chega sempre a eliminá-lo de todo (CAMARA JR, 1972, p. 48).

¹ A observação feita por Palhano é pertinente ao fato de em nosso estudo cotejarmos duas normas linguísticas: a culta e a popular.



A tenaz observação feita pelo preclaro linguista demonstra-nos que: i) O uso de *ele acusativo* não está restrito às camadas populares; ii) O uso de *ele acusativo* está em variação com a forma preconizada pela Tradição Gramatical; iii) O uso de *ele acusativo* suscita no utente uma avaliação consciente de adequação estilística ([-formal] vs [+formal]).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Servimo-nos dos *corpora* do Português Culto e Popular de Vitória da Conquista para elaboração da amostra da nossa pesquisa, que reúnem, respectivamente, informantes sem ou com até cinco anos de escolaridade e com onze anos ou mais de escolaridade. Assim, a nossa amostra foi formada por 24 (vinte e quatro) entrevistas, sendo 12 (doze) informantes do sexo feminino e 12 (doze) do sexo masculino.

Preliminarmente, para descrição e análise dos dados, definimos com variável dependente as seguintes formas de realização do objeto direto anafórico na fala conquistense: a) o uso do clítico acusativo; b) o uso de sintagmas nominais anafóricos; c) o uso do *pronome ele acusativo*; e d) o uso da categoria vazia (objeto nulo).

Foram encontradas 275 (duzentas e setenta e cinco) ocorrências de realização do acusativo anafórico. Após análise e rodada dos dados, esse resultado ficou distribuído, percentualmente, em: 2% do clítico acusativo, 14% de ocorrências do sintagma nominal, 29% do objeto nulo ou categoria vazia e 55% do *pronome ele acusativo*, sendo esta a variável preferencial pelos falantes conquistenses, com 151 ocorrências.

Apresentamos a seguir que condições têm favorecido o *Pronome ele acusativo*, já que o emprego da categoria vazia tem se mostrado maior em outras regiões, segundo evidenciam os principais trabalhos acadêmicos sobre a questão (OMENA, 1979; DUARTE, 1986; MONTEIRO, 1994).

A variável linguística estatisticamente mais relevante selecionada pelo *Programa GoldVarb X* foi o *Traço Semântico*. O uso do *Pronome ele acusativo* foi fortemente condicionado pelo traço [+ humano] do objeto com 73% (P.R. ,657) de ocorrências, na amostra da norma culta, e 82% (P.R. ,638) na norma popular; enquanto que a preferência pela categoria vazia recai sobre os objetos com antecedente [- humano], apresentando um percentual de 74% (P.R. ,806) e 90% (P.R. ,959), respectivamente, para a norma culta e



popular, quando as rodadas foram realizadas com apenas um valor de aplicação para cada norma.

Assim, imputamos que o traço semântico [+humano] relaciona-se significativamente com o processo de realização do objeto direto anafórico, de acordo com a pessoalidade ou a impessoalidade do seu antecedente. As demais variáveis linguísticas e extralinguísticas não foram estatisticamente relevantes para o Programa *GoldVarb* nas rodadas por nós executadas, o que nos leva a não representá-las neste trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A rigor, a função de objeto direto é exercida pelos pronomes pessoais átonos (*o, a, os, as*). No entanto, há algum tempo, reconhece-se um declínio acentuado no uso desses pronomes no Português Brasileiro. Contudo, se observamos bem, iremos verificar que tal uso não se restringe apenas às "classes populares": ele já atingiu pessoas de classes sociais e escolaridade mais elevadas.

Fazendo uma síntese histórica a respeito do emprego do *ele acusativo*, foi possível chegar a três conclusões: i) não é uma inovação da variante brasileira; contudo, a sua permanência e frequência de uso são traços que podemos relacionar à nossa variante; ii) está relacionado aos usos populares (por ser considerado *solecismo*); no entanto, é de emprego comum também em meios não-populares, sendo evitado em situações monitoradas; iii) suscita uma reestruturação do quadro dos pronomes pessoais com base no uso.

Os resultados quantitativos analisados nos permitem acurar que, dentre as estratégias de preenchimento do objeto direto anafórico, que têm atuado como variantes nessa função, o *Pronome ele acusativo* foi a opção preferencial tanto para os falantes do Português Popular como para os do Português Culto da amostra selecionada, seguida da categoria vazia. Já o clítico acusativo e o sintagma nominal foram os menos utilizados.

Do ponto de vista das variáveis linguísticas, a nossa pesquisa revelou que o traço [+humano] do antecedente exerce uma forte tendência na realização da variante do *pronome ele acusativo*, ao passo que o [-humano] exerceu forte influência no apagamento do objeto, corroborando os resultados encontrados por Omena (1978) e Duarte (1986),



sendo esta variável o fator condicionante mais relevante selecionado pelo Programa *GoldVarb X* nesta pesquisa.

Enfim, esperamos que a nossa pesquisa tenha contribuído com os estudos acerca do acusativo anafórico, na qual expomos uma fotografia sociolinguística do uso do *Pronome ele acusativo* no vernáculo conquistense, bem como seu percurso histórico.

PALAVRAS-CHAVE: Pronome Ele Acusativo; Variação Linguística; Deturpação Popular.

REFERÊNCIAS

ASSIS, M. *Dom Casmurro*. São Paulo: Melhoramentos, 2010.

CAMARA Jr, Joaquim Mattoso. *Problemas de Linguística Descritiva*. 3.ed. São Paulo: Vozes, 1972.

DUARTE, M. E. L. *Variação e sintaxe: clítico acusativo, pronome lexical e categoria vazia no português do Brasil*, 1986, 73 f., (Dissertação de Mestrado em Ciências – Linguística Aplicada ao Ensino de Línguas), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

FIGUEIREDO, C. *O que se não deve dizer*. Lisboa: Clássica, 1912.

LABOV, W. *Padrões Sociolingüísticos*. Trad. de M. Bagno; M. M. P. Scherre; C. R. Cardoso. São Paulo: Parábola Editorial, 2008 [1972].

MONTEIRO, J. L. *Pronomes Pessoais: subsídios para uma gramática do português do Brasil*. Fortaleza: Edições UFC, 1994.

OMENA, N. P. *Pronome pessoal de terceira pessoa: suas formas variantes em função acusativa*, 1978, 138 f., (Dissertação de Mestrado em Língua Portuguesa), Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

PALHANO, H. *O português popular do Brasil*. São Paulo: FTD, 1958.

ROMAINE, S. *Socio-Historical Linguistics: its Status and Methodology*. New York: Cambridge University Press, 1982.